



## ATA DA 4ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA SOBRE FORTALECIMENTO DA PROPORCIONALIDADE PENAL DO COMITÊ ESTADUAL DE POLÍTICAS PENAS DO AMAZONAS

**Data:** 25 de junho de 2025

**Horário:** 09h00

**Local:** Plataforma virtual e presencial – Sala do GMF/TJAM (Fórum Ministro Henoch Reis)

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, reuniram-se, de forma híbrida, os membros da Câmara Temática para dar continuidade sobre o tema da monotiragem eletrônica e na sequência do tema das alternativas penais, com a finalidade de debater, sistematizar diagnósticos e propor medidas para a elaboração do Plano Estadual Pena Justa.

A reunião foi conduzida pelo juiz colaborador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM) e coordenador da Câmara Temática, Dr. **Glen Hudson Paulain Machado**, com participação e suporte dos integrantes da Secretaria Executiva do Comitê, **Fernanda Priscilla Pereira Calegare** e **Fábio Henrique Viana Jordão**.

Estiveram presentes na reunião os(as) senhores(as): Matheus Oliveira, Diretor do Centro de Operações e Controle (COC/SEAP); Jean Carlo Silva de Oliveira, Diretor da Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais (CIAPA/SEAP); Edemilson Barreiros Júnior, Procurador da República, representante do Ministério Público Federal; Fábio Lopes Alfaia, Juiz de Direito representante da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas; Jaime Pires da Costa Junior, servidor colaborador do GMF/TJAM e da VEMEPA/TJAM. Na modalidade remota, participaram o(a) senhor(a): Giese Jannurzi, servidora da vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas (VEMEPA/TJAM). Participou **remotamente** via GoogleMeet, Guilherme Pina Rocha, servidor colaborador do TJAM/GMF.

Com a continuidade da apresentação sobre o monitoramento eletrônico, foi detalhada a atuação da equipe multidisciplinar do Centro de Operações e Controle (COC), destacando as atividades realizadas e a importância do apoio da equipe Psicossocial para a identificação de vulnerabilidades e intervenções



para a substituição da medida. Na oportunidade, foram apresentados dados consolidados desde sua implementação.

Dentro desse escopo, foi observado que há uma grande defasagem na equipe em comparação com o previsto no manual do CNJ, destacando a essencialidade da equipe para as atividades do centro de operações e do andamento de um processo de suplementação com a SENAPPEN. Foi pontuado ainda as ações implementadas, como grupos reflexivos para ajustamento de conduta de quem mais infringe as regras, grupos de planejamento de vida com foco de acesso ao mercado de trabalho, programa de remição (leitura e audio visual), programa trabalho e liberdade realizado por meio de rodas de conversa e a implementação do aplicativo Ressocializar.

Na seqüência deu-se início ao tema das alternativas penais com a exposição da Central Integrada de Alternativas Penais – CIAPA e da contribuição da Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas – VEMEPA. Na oportunidade, foram expostas a atuação e composição das equipes multidisciplinares, fluxo de atividades, experiência de grupo reflexivos, grupos temáticos, parcerias e de intercâmbio para novas práticas.

Em relação a CIAPA, foi destacado que o público de atendimento são os liberados provisórios com medidas cautelares diversas da prisão (exceto monitoração eletrônica), tendo como missão o fortalecimento da política de alternativas penais e a redução da população carcerária do Estado do Amazonas, por meio do acompanhamento da demanda de alternativas penais do Poder Judiciário aplicadas no contexto das audiências de custódia. Na oportunidade, foi ainda apresentado os dados de atendimento e os projetos em andamento e a implementar como inclusão transforma (iniciado), leitura que transforma (iniciado), APEC e CIAPS (em processo) e centro de acolhimento e transformação humana, além do atendimento por meio de grupo temático (militares, universal, crime de trânsito, tráfico de drogas), grupo reflexivo (acolhimento e de mulheres) e Maria da Penha (responsabilização). Considerando a atuação da CIAPA e a consequente ampliação dos serviços, foi destacado que na capital continuará os atendimentos dos liberados provisórios enquanto no interior o enfoque sera de todo o publico da execução penal, tendo como meta implantar 02 CIAPAS nos Municípios de Manacapuru e de Humaitá/AM.

Na contribuição da experiência da VEMEPA, foi pontuado que o trabalho com alternativas penais no âmbito do Poder Judiciário teve início com a criação



na capital de uma Central de Acompanhamento no ano de 2003 e que diante do aumento de demanda ocorre a instalação da Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas (VEMEPA) através da Resolução n. 009/2006, que instituiu a Vara, bem como da Lei Complementar n.º 50, de 25/10/2006, que estabeleceu a sua competência de fiscalizar e acompanhar o cumprimento das alternativas penais. Foi pontuado que cabe à VEMEPA acompanhar e fiscalizar, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, o cumprimento das transações penais, das penas restritivas de direitos e das condições da suspensão condicional do processo e da suspensão condicional da pena (SURSI), assim como dos acordos de não persecução penal (ANPP).

Além da menção ao acompanhamento das alternativas penais por parte da equipe multidisciplinar, foi destacado a abordagem educativa e da aplicação da técnica de grupos reflexivos recomendado pelo CNJ destinado aos homens autores de violência doméstica, cuja formação ocorreu com apoio da EJUD/TJAM e realizada por docentes da Universidade Federal de Santa Catarina. Por fim, foi observada a importância da rede social formada por entidades privadas e governamentais na execução das alternativas penais, destacando-se a necessidade permanente de estratégias e articulações institucionais que promovam a sua consolidação e ampliação.

Os(as) participantes apresentaram a partir dos temas abordados, considerações sobre aspectos que impactam na efetividade da proporcionalidade penal no estado, com destaque para os seguintes pontos:

a) **Monitoramento Eletrônico:** Constatou-se que os principais desafios são o aumento expressivo da população monitorada e a dificuldade de fiscalização in loco. Diante desse cenário, é importante observar o registro dos monitorados quanto as dificuldades mais comuns do aplicativo e do tempo de carregamento do dispositivo. Diante dos estudos em andamento sobre a expansão de monitoramento para o interior do estado, deve ser levado em conta o planejamento de viabilidade técnica e operacional. Desse modo, foi apontado que a centralização dos serviços em um mesmo local é positivo em termos de gestão, porém foi ponderada a questão de segurança devido a diversidade do público atendido. Nesse ponto, destacou-se a necessidade de também pensar soluções para a gestão da equipe multidisciplinar e da equipe de serviços policiais, considerando concursos e convênios.

b) **Alternativas Penais:** Debateu-se que as indicações e o quantitativo de CIAPAS para implementação no interior do estado deveriam contemplar pelos



menos 5 municípios, mas que no planejamento seja priorizado o mínimo de 3, tendo como opção de escolha os municípios de Itacoatiara, Tabatinga e Tefé/AM, levando consideração a sua localização estratégica e a estrutura judiciária e da SEAP já disponível. Discorreu-se sobre a necessidade de renovação do termo de cooperação técnica entre a VEMEPA e a SEAP do ano de 2020, sendo esclarecido de que a expansão do atendimento da CIAPA para o interior do estado será firmado em termo de convênio entre TJAM, Defensoria Pública, Ministério Público e SEAP, ficando acordado que a VEMEPA informará o recebimento e solicitará manifestação sobre o termo. Na ocasião deu-se destaque ao Manual de Gestão de Alternativas Penais, como importante instrumento na implementação das CIAPAS. Registrou-se que para efeito da implementação dos serviços penais no interior está andamento um termo de convênio federal que contemplará a contratação das equipes para a APEC e para as CIAPAS, sendo sugerido a articulação do Poder Judiciário junto as Prefeituras locais para a estruturação dos serviços.

Com relação a execução por parte da VEMEPA na capital, foi pontuado que diante do desafio da alta de atendimentos das alternativas penais, é fundamental o fortalecimento e a ampliação das equipes psicossociais que atuam diretamente com este segmento, com vistas a superação das dificuldades no acompanhamento e fiscalização deste público, uma vez que dispõe somente de 02 técnicos para a realização dos serviços penais. Nesse aspecto, considerando que a VEMEPA centraliza a execução das alternativas penais na capital e apresenta robusto viés de alta, foi mencionado a consecução de um planejamento de trabalho que envolva a ampliação e fortalecimento da equipe psicossocial, com vistas ao atendimento da crescente demanda.

Outro aspecto observado como prioritário, é a necessidade do incremento da rede parceria da VEMEPA por meio da parceria com os órgãos governamentais, visando a ampliação de espaços adequados e necessários para o cumprimento das alternativas penais na modalidade de prestação de serviços à comunidade. Nesse ponto, foi sugerido que apesar da VEMEPA já ter tido devolutiva não satisfatória de solicitação junto a órgãos governamentais como a SEMASC e a SEAS, que haja insistência no pedido de apoio junto aos órgãos municipais e estaduais, direcionando-o pela Presidência do TJAM.

Como resultado dos debates, foram apresentadas as seguintes propostas iniciais sobre:



- a) **Monitoramento Eletrônico:**
  - i) a implementação de atendimento aos monitorados por uma ronda especializada ou por policiais penais qualificados;
- b) **Alternativas Penais:**
  - i) Implementar a CIAPA em 05 cidades do interior, priorizando a implementação em 03 municípios: Itacoatiara, Tabatinga e Tefé/AM, considerando os critérios de localização estratégica e de estrutura judicial e da SEAP/AM;
  - ii) Fortalecer e ampliar das equipes psicossociais no atendimento e acompanhamento das alternativas penais do Juízo da VEMEPA;
  - iii) Promover a expansão da rede de entidades parceiras da VEMEPA, por meio de articulação e convênios junto a órgãos governamentais do município e do estado;
  - iv) Integrar o trabalho da CIAPA junto ao Juízo da Execução Ambiental.

Ficou pactuada a realização de nova reunião da Câmara Temática no dia **23 de julho de 2025**, às 09h00, com o objetivo de aprofundar os diagnósticos a partir de medidas específicas do Plano Nacional, sistematizar propostas já debatidas e do preenchimento da matriz estadual com metas, medidas e indicadores correspondentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada com agradecimentos e reforço do compromisso coletivo com a construção de um plano efetivo e garantidor de direitos.

Manaus-AM, 25 de junho de 2025.

**Glen Hudson Paulain Machado**  
Coordenador da Câmara Temática



**Luanna Marley de Oliveira**  
Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD)

**Fernanda Calegare**  
Secretária do GMF/TJAM

**Fábio Henrique Viana Jordão**  
Servidor GMF/TJAM